

# Guia para elaboração participativa de protocolos de resposta ao racismo e sexismo

**Instrumento**

Realização:

CIDADE ESCOLA  
**APRENDIZ**

Apoio:

 **imaginable**  
futures

**Guia para elaboração  
participativa de  
protocolos de resposta  
ao racismo e sexismo**



# Ficha Técnica

## **PUBLICAÇÃO**

### **Coordenação da publicação**

Helena Freire Weffort

### **Autoras**

Bergman de Paula Pereira  
Giulia Luz Garuzi  
Helena Freire Weffort  
Heloísa H. D. Martins Proença

### **Leitura crítica**

Jaqueline Lima Santos  
Raiana Ribeiro

### **Edição**

Roberta Tasselli

### **Revisão**

Fernanda Portela

### **Diagramação**

Vinicius Correa

**Projeto: Territórios  
Educativos e Educação  
Integral em contexto de  
crise: caminhos para a  
transformação das redes  
e escolas brasileiras**

## **Gestão**

Helena Freire Weffort

## **CIDADE ESCOLA APRENDIZ**

### **Direção Colegiada**

Paula Patrone  
Raiana Ribeiro  
Roberta Tasselli

### **Diretoria Institucional**

Paula Patrone

### **Diretoria de Programas**

Raiana Ribeiro

### **Diretoria de Comunicação para o Desenvolvimento**

Roberta Tasselli

### **Gerente de Programas**

Maíra da Costa

### **Apoio**

**Imaginable Futures**

# Sumário

## **Apresentação**

### **1. A presença silenciosa da violência nos territórios e comunidades escolares**

### **2. Implicação institucional e cuidado coletivo: a urgência pela construção de respostas às violências**

### **3. Então, afinal, o que são protocolos?**

### **4. Elaboração participativa de protocolos: uma proposta de percurso**

4.1. Primeiro passo: avaliação do ponto de partida do território

4.2. Segundo passo: definição dos grupos de trabalho

4.3. Iniciando o percurso de trabalho com os grupos

### **5. Oficializar e implementar o protocolo elaborado de forma participativa**

5.1. Instituição dos protocolos enquanto política pública

5.2. Estratégia de formação continuada

5.3. Atualização das políticas internas da Secretaria de Educação e da rede

5.4. Plano de comunicação e difusão

5.5. Definição de cronograma e responsáveis

### **6. Monitorar e avaliar: construção de indicadores de acompanhamento e monitoramento**

### **7. Apêndice**

# Apresentação

Este guia foi construído a partir dos conhecimentos e aprendizagens produzidos pelo projeto *Territórios Educativos e Educação Integral em contexto de crise: caminhos para a transformação de redes e escolas brasileiras*, pesquisa-ação desenvolvida pela Cidade Escola Aprendiz em parceria com a Imaginable Futures.

Foi em Conceição da Barra, município localizado ao norte do Espírito Santo e um dos territórios da pesquisa-ação, que se estruturou, entre 2024 e 2025, um processo de elaboração participativa de protocolos interseccionais de prevenção e enfrentamento ao racismo e ao sexismo. A experiência da rede, seus desafios, reflexões e caminhos metodológicos estão agora refletidos neste guia.

A publicação parte do entendimento de que protocolos só produzem efeitos reais quando são construídos de forma participativa, contextualizada e ancorada na realidade dos territórios. Nesse processo, mais do que instrumentos normativos, os protocolos são apropriados como uma conquista da comunidade escolar e passam a orientar práticas cotidianas, a fortalecer vínculos e a promover uma cultura institucional comprometida com a equidade e a superação de todas as formas de violência.

Ao longo das próximas páginas, apresentaremos um conjunto de dados, concepções, marcos legais e instrumentos de apoio para que escolas, secretarias de educação e redes de proteção possam elaborar ou aprimorar seus protocolos. Esperamos que este material contribua para fortalecer a atuação de profissionais capazes de reconhecer violências, prevenir e enfrentar suas causas, acolher as pessoas afetadas por elas e, sobretudo, construir respostas coletivas que ampliem a participação, a proteção e o acesso a direitos nos territórios.

Boa leitura!

# 1. A presença silenciosa da violência nos territórios e comunidades escolares

A sociedade brasileira é marcada por profundas desigualdades estruturais e os conflitos sociais se manifestam por meio de violências de diferentes naturezas. Essas violências se organizam e se perpetuam em relações de poder historicamente desiguais, atravessadas por gênero, raça, classe e território (GONZALEZ, 2020). Expressam-se em múltiplos espaços da vida social, nos vínculos mais íntimos, nos contextos comunitários, nas instituições e nas políticas públicas, compondo um processo contínuo que conecta o privado ao público e o cotidiano às estruturas sociais mais amplas.

Compreender a violência a partir dessa perspectiva implica reconhecê-la como um fenômeno social complexo, inscrito nas próprias relações que estruturam a vida coletiva. Conforme aponta Domenach (1981), trata-se de um processo relacional, construído em contextos históricos e sociais específicos, marcado por tensões, assimetrias e disputas de poder. Essa abordagem permite deslocar leituras simplificadoras e analisar a violência em suas dimensões sociais, institucionais e culturais, o que é fundamental para a formulação de políticas públicas comprometidas com a transformação das condições que a produzem.

Mas como essas violências se apresentam no chão das escolas brasileiras? Em nosso país, diariamente crianças e adolescentes, assim como profissionais da Educação, famílias e equipes técnicas que integram as redes de ensino, convivem com diferentes formas de violência que ocorrem tanto dentro quanto fora de casa. Violências associadas às dinâmicas urbanas, às desigualdades institucionais, às

relações familiares e às condições de vida nos territórios atravessam o cotidiano das comunidades escolares e incidem diretamente sobre processos de aprendizagem, condições de trabalho, vínculos sociais e formas de participação na escola. Ao chegarem ao espaço escolar, essas experiências acompanham os sujeitos e se expressam no cotidiano institucional, demandando respostas que superem a lógica da neutralidade, do silenciamento ou da individualização dos problemas.

Os dados da *Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar* (PeNSE, 2024) evidenciam a materialidade desses desafios, revelando que a escola não é uma bolha isolada das tensões sociais. Os indicadores apontam que cerca de um em cada dez estudantes já se envolveu em brigas com uso de arma de fogo ou branca, refletindo como a violência do território permeia o ambiente educativo. Além disso, o fenômeno do *bullying* permanece central: aproximadamente 23% dos alunos relatam ter sofrido humilhações ou provocações constantes por parte de colegas, o que impacta diretamente a saúde mental e a sensação de pertencimento. Essa realidade é agravada pelo fato de que uma parcela significativa de jovens também reporta sofrer agressões físicas no ambiente doméstico, confirmando que a violência escolar é frequentemente o eco de vulnerabilidades familiares e institucionais. Tais números reforçam que o chão da escola é um espaço de urgência, onde a prevalência de episódios de violência física e psicológica exige estratégias de intervenção que conectem a Educação à rede de proteção social e aos direitos humanos.

Ao olhar para as violências que se manifestam no âmbito doméstico e familiar, por exemplo, é fundamental compreendê-las como expressões de desigualdades sociais mais amplas, que impactam as famílias e os vínculos ali construídos. As relações familiares, marcadas pelo afeto, pela convivência cotidiana e pela interdependência, também são atravessadas por tensões relacionadas a gênero, raça e condições materiais de vida. Essas experiências repercutem no chão da escola e passam a integrar os desafios cotidianos enfrentados pelas equipes educacionais, exigindo

práticas de acolhimento éticas, cuidadosas e articuladas com a rede de proteção local.

Os dados recentes reforçam a urgência dessa agenda no campo educacional. A *Pesquisa Nacional de Violência contra a Mulher* do DataSenado (2025) — que visa compreender qualitativamente a maneira pela qual as mulheres brasileiras percebem e vivenciam as violências de gênero em seus cotidianos — indica que 71% das mulheres que se reconhecem como vítimas de violência em algum momento de suas vidas, cerca de 2,6 milhões, foram agredidas na presença de outras pessoas. Em sete a cada dez casos ocorridos<sup>1</sup>, a violência foi presenciada por ao menos uma criança, sendo que, em 79% dessas situações, as crianças que testemunharam a violência eram filhos ou filhas das próprias mulheres agredidas. Esses dados deixam nítido como a violência de gênero se manifesta no cotidiano familiar e incide diretamente na vida de crianças e adolescentes que frequentam as escolas.

Essa reverberação da violência doméstica no desenvolvimento de crianças e adolescentes ganha contornos ainda mais específicos quando analisamos o ambiente escolar sob a lente da pesquisa *Livres para Sonhar? Percepções da comunidade escolar sobre violência contra meninas*, desenvolvida pela organização Serenas em 2025. O estudo aponta números alarmantes sobre a percepção de insegurança: 75% das meninas afirmam que o medo da violência de gênero influencia diretamente sua participação em atividades escolares e o uso dos espaços comuns, como pátios e banheiros. Outro dado que chama a atenção é que seis a cada dez profissionais da Educação admitem não ter formação específica para identificar sinais de violência doméstica nas alunas, o que contribui para o ciclo de silenciamento mencionado anteriormente. Além disso, a pesquisa aponta que mais de 40% das estudantes já presenciaram ou sofreram algum tipo de assédio no trajeto entre a casa e a escola, consolidando uma percepção

---

<sup>1</sup> Considerando os 12 meses anteriores à pesquisa aplicada.

de vulnerabilidade que transcende os muros da instituição. Esses números demonstram que a violência testemunhada no ambiente familiar, segundo indicado pelo DataSenado, soma-se a uma estrutura escolar que ainda carece de mecanismos eficazes de acolhimento e proteção, tornando o cotidiano das meninas um espaço de constante negociação entre o medo e o Direito à Educação.

O *Atlas da Violência 2025* aprofunda esse diagnóstico ao demonstrar que meninas e adolescentes estão expostos, desde a primeira infância, a diferentes formas de violência ao longo do ciclo de vida. Entre meninas de 0 a 9 anos, a negligência corresponde a 49,5% dos atendimentos; entre 10 e 14 anos, a violência sexual é predominante (45,7%); e, entre adolescentes de 15 a 19 anos, a violência física aparece como a forma mais recorrente (39,3%), frequentemente associada a múltiplas violências (29,8%). Esses índices tornam-se ainda mais expressivos quando analisados a partir do recorte étnico-racial: do total de meninas e mulheres que sofrem violências de gênero em nosso país, 58,5% são negras, o que deixa explícito como o racismo estrutural opera de forma articulada ao sexismo<sup>2</sup>, aprofundando vulnerabilidades e desigualdades que atravessam a vida escolar e comunitária.

As desigualdades também se expressam de maneira concreta na distribuição de recursos que condicionam a estruturação do espaço escolar. O relatório *A cor da infraestrutura escolar: diferenças entre escolas brancas e negras*, do Observatório da Branquitude, com base em dados do Censo Escolar e do Índice Socioeconômico (INSE), evidencia que o racismo estrutural organiza materialmente a oferta da Educação Básica no Brasil. O levantamento demonstra que 69% das escolas com melhor infraestrutura (aquelas que concentram biblioteca, laboratório de

---

2 Neste Guia, utilizamos o termo “sexismo” para designar práticas discriminatórias e de intimidação sofridas por meninas e mulheres e não “machismo”, que designa a falsa crença da superioridade do homem em relação à mulher e não o ato de discriminação em si.

informática, quadra esportiva, acesso à internet, abastecimento de água, saneamento e coleta de lixo) atendem majoritariamente estudantes brancos e brancas. Em contrapartida, escolas com maioria de estudantes negros e negras são mais frequentes entre aquelas com infraestrutura precária ou inexistente, com impactos diretos nas condições de ensino, aprendizagem e permanência escolar.

Nesse sentido, observa-se que essas desigualdades não se apresentam de forma isolada, mas se acumulam, produzindo contextos escolares marcados por múltiplas privações. Como aponta Frantz Fanon, “a [prática de] inferiorização é correlata à exploração econômica” (FANON, 2008), indicando que a precariedade material restringe recursos e assim também organiza e molda subjetividades, expectativas e trajetórias negras.

Esse conjunto de evidências contribui para compreender que as violências de gênero e raça afetam toda a comunidade escolar. Profissionais da Educação também podem vivenciar situações de violência em suas trajetórias pessoais ou no exercício do trabalho e precisam encontrar na escola um espaço preparado para identificar sinais, acolher de forma humanizada e acionar encaminhamentos adequados, em articulação com as demais políticas públicas. Reconhecer essa dimensão amplia o papel da escola como promotora de cidadania e fortalece sua função de cuidado integral.

## 2. Implicação institucional e cuidado coletivo: a urgência pela construção de respostas às violências

Pensar a Educação Integral implica compreender a escola como espaço de cuidado em todas as suas dimensões: cuidado com crianças e adolescentes, com profissionais da Educação, com famílias, com equipes técnicas das secretarias e com os próprios processos institucionais das redes de ensino. Trata-se de desenvolver práticas pedagógicas preventivas e institucionais que promovam escuta qualificada, acolhimento, proteção de direitos e fortalecimento de vínculos, reconhecendo os sujeitos em sua totalidade (intelectual, emocional, social, cultural e física). Nesse contexto, a Educação Integral Antirracista - e, de forma mais ampla, Antissexista e Antidiscriminatória - apresenta-se como fundamento para a construção de respostas educativas às violências.

A elaboração de protocolos de enfrentamento ao racismo e ao sexismo apresenta-se, assim, como uma estratégia estruturante das políticas educacionais das redes de ensino, sob coordenação das secretarias municipais, estaduais, distrital e do Ministério da Educação. Esses protocolos organizam práticas de prevenção<sup>3</sup>, que se desdobram em iniciativas de

---

*3 No campo das políticas públicas, especialmente da saúde coletiva, a noção de prevenção ocupa lugar central na formulação de estratégias voltadas à promoção da vida e à redução de violências. Leavell e Clark (1976) sistematizaram esse conceito a partir de diferentes níveis de intervenção (promoção da Saúde, proteção específica, diagnóstico e tratamento precoce, limitação de danos e reabilitação), isto é, organizando-se em três abordagens distintas, porém complementares: promoção da Saúde como forma de reduzir chances antes da violência acontecer,*

cuidado, acolhimento, encaminhamento e responsabilização, contribuindo para a garantia do acesso, da permanência e do desenvolvimento integral dos e das estudantes, bem como para a proteção e o cuidado dos e das profissionais e demais atores que compõem a comunidade escolar. Nesse movimento, a escola se reconhece como parte integrante da rede de proteção, atuando de forma intersetorial e articulada com as políticas de Saúde, Assistência Social, Justiça e Segurança Pública.

**Nessa perspectiva, letramento racial e de gênero e enfrentamento institucional às violências não se opõem nem se sucedem de forma linear: eles se encontram e se retroalimentam.** Enquanto o letramento amplia a consciência crítica sobre o racismo, o sexismo e outras desigualdades estruturais — oferecendo referências simbólicas, históricas e conceituais que permitem compreender as violências para além de episódios isolados —, o enfrentamento institucional, por sua vez, traduz esse aprendizado em práticas concretas de prevenção cuidado, acolhimento, encaminhamento e responsabilização, conferindo materialidade aos princípios educativos no cotidiano da escola.

Ao articular ações educativas contínuas com respostas institucionais objetivas, cuidadosas e humanizadas, os protocolos demandam que fluxos intersetoriais sejam pactuados de forma colaborativa e procedimentos sejam normatizados, ampliando a capacidade coletiva das comunidades escolares de interromper ciclos de violência, enfrentar desigualdades estruturais e produzir, no presente, outras possibilidades de futuro.

---

*estruturação de respostas institucionais qualificadas quando a violência acontece e estabelecimento de ações de reparação após o fato ocorrido. Essa abordagem foi posteriormente aprofundada por Minayo e Souza (1999) ao evidenciar que a prevenção da violência exige ações integradas, intersetoriais e contínuas, capazes de incidir sobre fatores estruturais, institucionais e relacionais. Incorporar tais referências ao campo educacional amplia a capacidade das redes de ensino de atuar de forma sistêmica e em diálogo com as linhas de cuidado e proteção.*

### 3. Então, afinal, o que são protocolos?

Quando falamos em protocolos no campo da Educação, de que estamos tratando, afinal? Neste guia, entendemos os protocolos como diretrizes orientadoras que apoiam as escolas e as redes de ensino na atuação diante de situações de racismo, discriminação e violências de gênero. Eles não são manuais fechados nem respostas prontas, mas acordos institucionais que resultam da construção coletiva e que ajudam a responder, de forma ética e cuidadosa, a perguntas concretas do cotidiano escolar, por exemplo: Como reconhecer uma situação de violência? Quem acolhe? Quais são as responsabilidades da escola? Quando e como acionar a rede de proteção?

Na perspectiva da Educação Integral Antirracista, os protocolos cumprem um papel estratégico na consolidação da escola como espaço de cuidado, proteção de direitos e promoção da cidadania. Isso significa assumir que o enfrentamento ao racismo e às violências de gênero não é um tema acessório ou episódico, mas parte constitutiva da função social da escola. Protocolos bem construídos ajudam a tornar explícito esse compromisso, organizando práticas que atravessam o currículo, o Projeto Político-Pedagógico, a gestão escolar e as relações cotidianas.

É importante destacar que não existem protocolos universais ou neutros. Cada território, cada rede e cada escola vivenciam as desigualdades e as violências de maneira singular. Por isso, este guia parte do princípio de que os protocolos precisam ser

contextualizados, construídos a partir do chão dos territórios e da escuta atenta das comunidades escolares. Perguntar quem são os e as estudantes, quais violências se manifestam com mais frequência, quais serviços existem no território e quais são as capacidades institucionais da rede é parte fundamental desse processo.

Assim, a participação da comunidade configura-se como um elemento central dessa construção. Protocolos elaborados de forma participativa, envolvendo profissionais da Educação, estudantes, famílias, equipes técnicas das secretarias e parceiros da rede intersetorial, tendem a ser melhor apropriados, compreendidos e incorporados ao cotidiano. Quando pactuados coletivamente, deixam de ser vistos como exigências burocráticas e passam a funcionar como referências comuns de atuação, oferecendo maior segurança às equipes e fortalecendo a responsabilidade institucional da escola.

Do ponto de vista pedagógico, os protocolos também dialogam diretamente com os processos de letramento étnico-racial e de gênero. Ao orientar como a escola deve agir diante de situações de racismo e violências de gênero, eles contribuem para que esses temas não fiquem restritos ao discurso ou a ações pontuais. Letramento e enfrentamento se encontram justamente aí: o letramento amplia a compreensão crítica sobre as desigualdades e suas raízes históricas; já o protocolo traduz essa compreensão em práticas concretas de cuidado, acolhimento, encaminhamento e prevenção.

Dessa forma, os protocolos não substituem, certamente, a escuta sensível, a avaliação pedagógica nem a análise contextual das situações. Eles existem para apoiar, e não para engessar, o trabalho das equipes. Sua função é reduzir improvisações,

evitar silenciamentos e garantir que o cuidado e a proteção não dependam exclusivamente da iniciativa individual de um ou outro profissional, mas estejam sustentados por decisões institucionais compartilhadas.

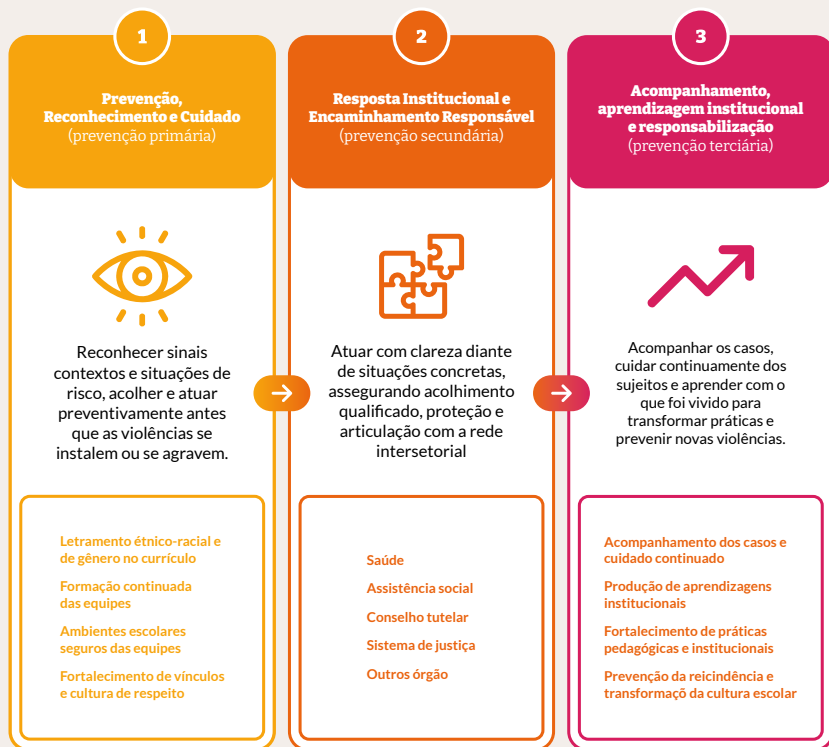
Em geral, os protocolos organizam-se em torno de três movimentos articulados:

1. **Prevenção, reconhecimento e cuidado (prevenção primária):** esse primeiro movimento envolve a capacidade da escola e da rede de ensino de reconhecer sinais, contextos e situações de risco, acolher os sujeitos envolvidos de forma ética e humanizada e atuar preventivamente antes que as violências se instalem ou se agravem. Aqui, a prevenção se expressa por meio do letramento étnico-racial e de gênero no currículo, da formação continuada das equipes, da construção de ambientes escolares seguros e do fortalecimento de vínculos. Trata-se de criar condições institucionais para que o racismo e as violências de gênero não sejam naturalizados, silenciados ou reproduzidos no cotidiano escolar.
2. **Resposta institucional e encaminhamento responsável (prevenção secundária):** o segundo movimento diz respeito à atuação da escola diante de situações concretas de racismo e violências de gênero. Envolve a definição objetiva de fluxos, responsabilidades e procedimentos, assegurando acolhimento qualificado, proteção dos sujeitos envolvidos e articulação com a rede intersetorial (Saúde, Assistência Social, Conselho Tutelar, Sistema de Justiça, entre outros). Esse movimento busca garantir respostas não revitimizantes e alinhadas às normativas legais, reconhecendo os limites e as atribuições específicas da escola.

**3. Acompanhamento, aprendizagem institucional e responsabilização (prevenção terciária):** por fim, o terceiro movimento amplia o olhar para além da resposta imediata. Envolve o acompanhamento dos casos, o cuidado continuado com os sujeitos envolvidos e, sobretudo, a produção de aprendizagens institucionais a partir das situações vividas. É nesse momento que a escola e a rede refletem sobre o que os casos revelam, ajustam práticas, fortalecem ações formativas e reorganizam estratégias pedagógicas e institucionais. Essa atuação cíclica e contínua é fundamental para prevenir a reincidência das violências e o surgimento de novos casos, transformando experiências dolorosas em oportunidade de fortalecimento da política educacional e da cultura de cuidado.

Nesse sentido, os protocolos nas redes de ensino operam como instrumentos de cuidado e prevenção em movimento contínuo: atuam antes, durante e depois das situações de violência, articulando letramento, resposta institucional e aprendizagem coletiva para transformar o cotidiano escolar.

# Eixos de proteção e cuidado em contexto de violência



**Escola que protege, acolhe e transforma**  
Todos os sujeitos, todos os dias.

## Princípios que orientam a escola



# Base legal e normativa que orienta os protocolos das redes de ensino

Os protocolos de enfrentamento ao racismo e às violências de gênero nas escolas estão ancorados em um conjunto de normas que reconhecem a Educação como espaço central de promoção de direitos e prevenção das violências, entre as quais se destacam:

## Educação e currículo

- Lei nº 9.394/1996 (LDB) – estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.
- Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008 – tornam obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira, africana e indígena.
- Lei nº 14.164/2021 – altera a LDB para incluir conteúdos sobre direitos humanos e prevenção das violências contra crianças, adolescentes e mulheres, e institui a Semana Escolar de Combate à Violência contra a Mulher.
- Política Nacional de Educação Especial Inclusiva (PNEEI), reestruturada pelos Decretos nº 12.686/2025 e nº 12.773/2025.
- Base Nacional Comum Curricular (BNCC) – destacam-se as competências gerais 8 e 9, que tratam do cuidado, da empatia, da resolução de conflitos e do respeito aos direitos humanos.

## Proteção integral e igualdade racial

- Lei nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA) – garante a proteção integral de crianças e adolescentes.
- Lei nº 12.288/2010 (Estatuto da Igualdade Racial) – estabelece diretrizes para o enfrentamento das desigualdades raciais, inclusive no campo educacional.

- Portaria MEC nº 470/2024 – institui a Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola (PNEERQ).

### **Enfrentamento ao racismo, à discriminação e às violências baseadas no gênero**

- Leis nº 7.716/1989 e nº 9.459/1997 – definem e ampliam os crimes resultantes de preconceito de raça ou cor.
- Leis nº 14.532/2023 e nº 14.811/2024 – atualizam a legislação sobre crimes raciais e violência contra crianças e adolescentes, incluindo o *bullying*.
- Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha) – estabelece mecanismos de prevenção e enfrentamento à violência contra as mulheres, incluindo ações educativas.

IMPORTANTE: Essas normas não substituem o trabalho pedagógico da escola, mas fundamentam e legitimam a construção de protocolos como responsabilidade institucional das redes de ensino.

### **Mais do que um documento: uma escola que aprende e ensina que o cuidado é coletivo**

**Escola que aprende e ensina a prevenir:** A prevenção é entendida como uma estratégia sistêmica e contínua, que atravessa toda a atuação da escola e das redes de ensino. Prevenir envolve reduzir riscos, interromper ciclos de violência, proteger pessoas e transformar as condições institucionais, sociais e culturais que produzem desigualdades e vulnerabilidades. A prevenção orienta todo o desenho dos protocolos e reforça o papel da escola como espaço de proteção integral, cuidado e promoção de direitos.

**Escola em que o cuidado se torna uma ação institucional:**

Na perspectiva da Educação Integral Antirracista, o cuidado não se restringe a gestos individuais ou a situações excepcionais. Ele se expressa como uma ação institucional, presente nas decisões pedagógicas, na organização dos tempos e espaços, nas formas de escuta e na postura adotada diante das situações de violência. Bons protocolos apoiam a escola nessa tarefa, pois orientam uma escuta qualificada, em que os tempos dos sujeitos são respeitados, a confidencialidade é protegida e os impactos emocionais e simbólicos das violências são observados, evitando práticas que gerem exposição, julgamento ou revitimização.

**Escola que escuta, reconhece e protege e, assim, pratica**

**o acolhimento:** A maneira como a escola recebe, escuta e reconhece quem vivencia ou testemunha situações de racismo e violências de gênero importa muito. Quando bem estruturado, o acolhimento contribui para reduzir danos imediatos, fortalecer vínculos e ampliar a confiança da comunidade escolar na escola como espaço de proteção. Um acolhimento qualificado pressupõe postura ética, atenção às assimetrias de poder e respeito à palavra de quem fala, criando condições para que a violência possa ser nomeada sem medo ou deslegitimação. E os protocolos podem tornar isso uma prática institucional, definindo responsabilidades e orientando procedimentos, para que essa escuta não dependa exclusivamente da sensibilidade individual de um profissional.

**Escola que faz encaminhamentos e articula proteção junto a**

**outros setores da rede:** Quais encaminhamentos a equipe escolar precisa realizar nos diferentes casos? Quando e como a escola deve acionar outros serviços? Os protocolos precisam explicitar tais fluxos, responsabilidades e critérios para o acionamento

de outras equipes de profissionais escolares, de serviços como Saúde, Assistência Social, Conselho Tutelar, Sistema de Justiça e outros equipamentos do território. Um encaminhamento bem orientado protege as pessoas envolvidas, evita improvisações e reduz riscos de omissão ou de sobreposição indevida de funções, fortalecendo a atuação intersetorial.

**Escola que aprende e se posiciona institucionalmente**

**diante da violência:** Responsabilizar-se não significa recorrer automaticamente à punição, mas atribuir responsabilidades de forma justa, educativa e contextualizada. O propósito é que os protocolos fortaleçam as práticas pedagógicas, formativas e, sempre que possível, restaurativas, sem perder de vista os marcos legais que orientam a atuação escolar. A responsabilização também exerce um papel preventivo, ao sinalizar que a violência não será naturalizada, silenciada ou tolerada, fortalecendo uma cultura institucional comprometida com a equidade e a justiça.

## 4. Elaboração participativa de protocolos: uma proposta de percurso

O percurso apresentado aqui foi inspirado na experiência da pesquisa *Territórios Educativos e Educação Integral em contexto de crise: caminhos para a transformação de redes e escolas brasileiras* no município de Conceição da Barra (ES), durante os anos de 2024 e 2025.

### 4.1. Primeiro passo: avaliação do ponto de partida do território

A tomada de decisões sobre o melhor desenho de trabalho dependerá da experiência e discussão acumuladas do território com relação à prevenção e enfrentamento ao racismo e violências de gênero e da própria equipe que irá conduzir o processo.

Vale considerar, por exemplo, que a elaboração participativa de protocolos requer uma atuação bastante técnica.

Também será necessário adotar um procedimento minucioso de diagnóstico sobre o modo como a rede de proteção funciona, seus fluxos e os casos de racismo e sexismo mais recorrentes na rede, bem como examinar boas referências (documentos e experiências) com as quais o grupo poderá aprender e avançar em suas reflexões.

Vale ressaltar que a atuação técnica inclui igualmente uma boa capacidade de escuta e acolhimento para lidar com os afetos que emergem dos relatos e experiências vividas pelas pessoas participantes. Muitas vezes, o racismo e o sexismo atravessam o próprio corpo técnico responsável pela elaboração dos protocolos e, ao discutir os casos existentes na rede, experiências pessoais também podem emergir. Nesse caso, o acolhimento tem como propósito não a “individualização” da escuta, mas o reconhecimento das dores existentes no grupo para poder seguir com a construção de condições para aprendizagens e saídas coletivas visando a prevenção e o enfrentamento das situações de racismo e discriminação de gênero vividas. O equilíbrio entre a escuta das experiências pessoais e a construção de um ambiente coletivo de aprendizagens é algo a ser conquistado, progressivamente, com a prática, mas para isso é preciso estar disponível.

Essas observações sobre a técnica envolvida na elaboração dos protocolos mostram o potencial altamente formativo da experiência: todos e todas aprendem muito, seja sobre a condução de processos participativos na formulação de políticas públicas, seja sobre as dinâmicas e manifestações locais do racismo e sexismo e sobre as maneiras de seu enfrentamento. Os percursos individuais de reflexão acerca das experiências raciais e de gênero são diversos e singulares e sempre haverá algum grau de letramento racial e de gênero em curso. Como dissemos anteriormente, letramento e enfrentamento não se opõem nem se sucedem de forma linear: eles se encontram e se retroalimentam.

Contudo, há uma condição importante a ser observada. É fundamental que a urgência da prevenção e do enfrentamento ao racismo e violências de gênero já seja algo reconhecido em algum nível pela equipe da Secretaria de Educação, senão em sua totalidade, ao menos pela maioria de suas coordenações, da Educação Infantil aos Anos Finais do Ensino Fundamental, do Censo à Busca Ativa, das pessoas responsáveis pela supervisão das escolas à Comissão Permanente de Estudos Afro-brasileiros (Ceafro). Ou seja, é preciso reconhecer o racismo e o sexismo como fenômenos que estruturam a nossa sociedade e cotidiano. Não havendo uma compreensão minimamente estabelecida, recomenda-se realizar uma reflexão prévia à elaboração dos protocolos, abordando o racismo e o sexismo, como esses fenômenos estruturam a sociedade brasileira e afetam as instituições e a constituição das subjetividades, bem como o papel essencial da Educação na transformação dessa realidade. Do contrário, a construção do protocolo será muito lenta ou pouco efetiva.

## **4.2. Segundo passo: definição dos grupos de trabalho**

A elaboração dos protocolos precisará estar ancorada em pelo menos dois grupos centrais:

- Grupo da Secretaria

Participam desse grupo representações de todas as coordenações e setores responsáveis pelo trabalho na Secretaria:

- setores que fazem o acompanhamento pedagógico e de gestão das escolas (equipes de formação e de inspeção ou supervisão);
- as coordenações dos diferentes segmentos da Educação (Educação Infantil, Anos Iniciais e Finais do Ensino Fundamental, Ensino Médio, se houver) e Educação Inclusiva e Educação do Campo;

- profissionais responsáveis pelo Censo, Conselho Escolar, PDDE, Prestação de Contas;
- e profissionais responsáveis pela Busca Ativa escolar, pela avaliação dos livros didáticos, dentre outros.

Vale observar também, nessa constituição, além das funções representadas, a diversidade racial e de gênero. Cabe ainda levantar a questão: O grupo que estamos formando neste processo de letramento reflete a diversidade étnico-racial e de gênero existente na rede?

**É importante garantir a maior representatividade possível!  
No seu município, qual pode ser a composição do grupo?**

- **Grupo mobilizador nas escolas**

No contexto da vida escolar, os seus profissionais e estudantes precisam ser mobilizados e estar representados no processo de construção de protocolos.

Sua participação pode ser organizada por amostragem e são diversas as possibilidades de composição desse grupo. A escolha dependerá da disponibilidade de equipe para condução do processo: da disponibilidade para trabalhar com múltiplos grupos pequenos ou com grupos mais extensos. O principal ponto de atenção é cuidar da diversidade de experiências retratadas.

Pode-se pensar em pelo menos duas maneiras de organizar os grupos:

- **Formação de grupos em diferentes escolas**

Mobilização de gestão escolar, docentes, funcionários(as) e famílias, constituindo um grupo de 10 a 13 pessoas.

Esse formato limita o número de escolas com que se poderá trabalhar nesta etapa. Por outro lado, garante-se profundidade nos contextos trabalhados, além de ser oportunidade para se observar como poderá funcionar esse tipo de mobilização na operacionalização do protocolo no dia a dia da escola, uma vez que permite mobilizar famílias e uma diversidade maior de funcionários.

- **Formação de grupos inter-escolas**

Mobilização de um trio ou um quarteto por escola (priorizando-se, possivelmente, gestão e docentes).

Nesse caso, será possível ter uma abrangência maior de escolas, ainda que sem a participação das famílias e funcionários(as), o que pode representar uma limitação de conhecimento sobre as dinâmicas locais.

Em Conceição da Barra, a escolha foi por mobilizar duas escolas de perfis distintos: uma central, que atendia estudantes vindos de todo o município, e outra, situada em um quilombo urbano, em que a comunidade escolar é formada por famílias moradoras do bairro.

Ouçã [aqui](#) um bate-papo da equipe da pesquisa-ação com representantes dessas duas escolas.

Na rede em que você atua, qual pode ser o formato mais adequado para a constituição dos grupos mobilizadores nas escolas?

Além desses grupos, na medida em que o protocolo avança, também será importante prever **encontros de intercâmbio com a rede de proteção** para consulta e discussão sobre os fluxos de encaminhamento que estiverem sendo construídos.

### **4.3. Iniciando o percurso de trabalho com os grupos**

O percurso abaixo é uma referência tanto para o grupo de Secretaria como para o(s) grupo(s) de escolas:

1. O que são protocolos e por que precisamos deles nesta rede?
2. Quais casos de racismo e violência de gênero observamos na rede?
3. Como a rede de atendimento local está organizada (diagnóstico)?
4. O que conseguimos acumular até aqui? Sistematização preliminar das ações do protocolo.
5. O que podemos aprender com outros protocolos?
6. O que dizem as meninas e os meninos estudantes das escolas?
7. Redação do documento

#### **1. O que são protocolos e por que nossa rede precisa deles?**

Para iniciar, é essencial compreender, em primeiro lugar, que protocolos de prevenção e enfrentamento ao racismo e às violências de gênero são acordos institucionais que visam a orientação das equipes técnicas, escolares e comunidade a atuarem de forma ética e responsável diante de situações de racismo, discriminação e violência de gênero.

É fundamental também ter em vista como o racismo e as discriminações e violências de gênero têm afetado a rede de ensino. Organizar as percepções do grupo sobre os casos e seus efeitos nas trajetórias escolares e formação de subjetividades será um ponto importante para preparar o grupo para os próximos passos.

Possíveis estratégias:

- **Roda de discussão** sobre as condições e dificuldades que o grupo avalia existirem na Secretaria e nas escolas para a identificação, reconhecimento e encaminhamento adequado de situações de racismo e discriminações e de violências de gênero.

Para compor esta atividade, compartilhamos as seguintes sugestões:

**Disparador para iniciar a discussão:**

Vídeo-reportagem Estudo revela discriminação racial nas escolas: maioria dos professores já presenciou racismo, do Jornalismo TV Cultura: [www.youtube.com/watch?v=NDonkbJDxrg](http://www.youtube.com/watch?v=NDonkbJDxrg)

**Mediação e registro:**

Ao escutar o grupo, a coordenação registra as observações, buscando categorizá-las por tipo de dificuldades ou condições favoráveis. O importante é que o registro seja lido e revisado pelo grupo para que ele possa se reconhecer.

- **Partilha** dos objetivos e movimentos previstos nos protocolos:
  - ◇ Prevenção, reconhecimento, cuidado e acolhimento.
  - ◇ Resposta institucional e encaminhamento responsável.
  - ◇ Acompanhamento, aprendizagem institucional e responsabilização.

Para compor esta atividade, compartilhamos as seguintes sugestões:

**Disparador para estruturar a apresentação:**

Síntese ou leitura dos itens 3 e 4 deste material.

**Mediação:**

Ao enfatizar os diferentes movimentos previstos nos protocolos, provocar o grupo a observar e refletir sobre o encadeamento das ações e como a prevenção dá início e fim ao ciclo.

**2. Quais casos de racismo e violência de gênero observamos na rede?**

Trazer para o centro do trabalho do grupo algumas situações concretas de racismo e de discriminação e violência de gênero ocorridas na rede tem como propósito, além de provocar o reconhecimento das suas diferentes manifestações, propiciar a exploração de funcionamentos possíveis do protocolo na prática.

Possível estratégia:

- **Estudos de casos de racismo e de discriminação e violência de gênero.**

Para compor esta atividade, compartilhamos as seguintes sugestões:

### **Disparadores:**

De dois a quatro casos distintos por grupo de trabalho (Secretaria e comunidades escolares). Por exemplo:

*“Estudantes negros são chamados de “chipanzé” e “macaco” na sala de aula, em tom de brincadeira. A situação é recorrente, especialmente quando estes estudantes se destacam, quando seus erros ou qualidades são expostos. A professora do grupo procura fazer encaminhamentos dentro do currículo, mas têm dúvidas se sua conduta está correta. Sente-se sozinha para pensar a situação.”*

*“Uma adolescente descobre que seu nome está em uma lista que circula entre os meninos de sua sala, que pontua as meninas da escola segundo a avaliação que fazem de seus corpos. Incomodada, ela fala com cuidado, com outras meninas e descobre que algumas também se sentem humilhadas e objetificadas pela mesma lista. Juntas, elas decidem confrontar a situação, questionando entrando em contato com uma professora, que, no entanto, não acolhe a queixa nem adota medidas para investigar o ocorrido”.*

Retirar os nomes das escolas e pessoas envolvidas no caso. O foco agora é exercitar a elaboração e reflexão sobre o funcionamento de um protocolo.

A partir do caso, pedir que registrem as diferentes ações para os três movimentos do protocolo:

- Prevenção, reconhecimento, cuidado e acolhimento.
- Resposta institucional e encaminhamento responsável.
- Acompanhamento, aprendizagem institucional e responsabilização.

### **Mediação e o registro:**

Pode-se realizar o estudo de caso em dois encontros, um voltado apenas para os casos de racismo e outro voltado apenas para os casos de discriminação e de violência de gênero.

Formar subgrupos para a análise dos casos, favorecendo a participação de todas as pessoas na análise das situações e na partilha de observações.

Para facilitar a análise posterior e a categorização coletiva das ações, disponibilizar tarjetas ou cartões de três cores diferentes, uma para cada movimento do protocolo.

Ao final, os registros de cada subgrupo são apresentados e as semelhanças e diferenças entre os encaminhamentos são observadas coletivamente, assim como são levantadas questões sobre a sua adequação e necessidade de aprimoramento.

Recomenda-se realizar neste momento uma pré-categorização dos casos para observar as diferenças entre os encaminhamentos:

- injúria racial praticada por estudante;
- injúria racial praticada por pessoa adulta;
- agressão física entre estudantes;
- agressão física cometida por profissional da escola;
- agressão física cometida por outra(o) adulta(o) pertencente à comunidade escolar;
- assédio sexual ou violência sexual praticada por estudantes;
- assédio sexual ou violência sexual praticada por pessoas adultas.

### 3. Como a rede de atendimento local está organizada (diagnóstico)?

Além da estratégia de estudo de caso, também será fundamental a realização de um diagnóstico do funcionamento da rede de atendimento local envolvendo as secretarias de Saúde, Assistência Social, da Mulher e da Igualdade Racial.

Sendo possível, é desejável que se pesquise o que os registros oficiais informam sobre os tipos de casos de racismo e discriminação e violência de gênero mais frequentes no território. Essa pesquisa poderá dar ao grupo um contraponto em relação ao primeiro exercício de análise de casos sobre o que já funciona na rede de atendimento e o que ainda precisa ser aprimorado para que as situações de violência sejam identificadas, adequadamente acolhidas e encaminhadas.

Possível estratégia:

- **Mapeamento da rede local de proteção** e reconhecimento dos serviços, responsabilidades e acompanhamento de casos.

Para compor esta atividade, compartilhamos as seguintes sugestões:

#### **Disparadores:**

Fluxo atual no atendimento das vítimas de racismo e/ou violência de gênero dos serviços da Saúde, Assistência Social e Educação.

Dados estatísticos da violência coletados pelos serviços do território também podem compor o cenário, complementando as informações e contribuindo para a análise do fluxo existente.

**Mediação:**

Provocar a análise coletiva do fluxo de atendimento. Considerar perguntas como:

- Qual o atendimento previsto para os casos analisados até aqui (na atividade anterior) pelo fluxo atual?
- Há pontos de sobreposição ou duplicidade de atendimento?
- Há lacunas no atendimento?
- Há pontos que precisam ser reformulados para o devido acolhimento das vítimas e melhor encaminhamento dos casos?
- A partir do fluxo existente, quais são os pontos que precisam ser aprimorados no interior da escola?

**Registro:**

Assim como o resultado dos estudos de caso, a análise coletiva também precisará ser sistematizada, de modo a subsidiar a sistematização inicial do protocolo.

#### 4. O que conseguimos acumular até aqui? Sistematização preliminar do protocolo

Mesmo sendo o registro uma prática permanente ao longo do percurso, é comum que as pessoas envolvidas nas discussões e reflexões só se deem conta de como tudo o que foi falado e formulado oralmente contribui para a construção do protocolo. Isso acontece quando passamos a visualizar a sua estruturação, que evidencia os elementos trabalhados no decorrer dos diferentes encontros.

Esta é uma etapa essencial para o aprimoramento do protocolo em si e para a ampliação do engajamento e pertencimento nesse processo de coconstrução.

Possível estratégia:

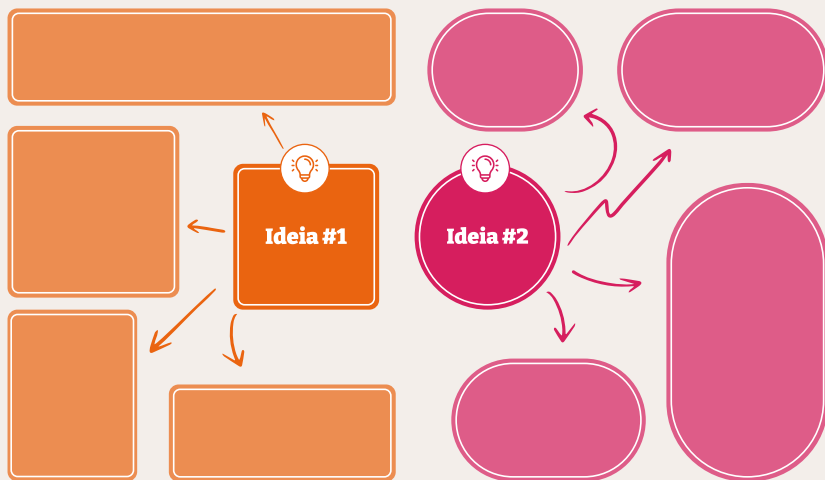
- **Retomada da produção** acumulada até esta etapa por meio da composição de um **mapa visual**.

Para compor esta atividade, compartilhamos as seguintes sugestões:

### **Disparadores:**

Os elementos produzidos pelos grupos até aqui a partir dos estudos de caso e a análise do funcionamento da rede de atendimento.

## **Mapa das ações do eixo**



### **Detalhamento da proposta:**

1. Revejam as tarjetas com as ações por movimento e componham um mapa. Para essa composição experimentem:

- agrupar as ações parecidas;
  - observar o que é mais estruturante e o que é pontual;
  - sinalizar as relações entre as ações utilizando setas, conexões ou colocando-as em ordem (se houver as que vem antes e as que vem depois).
2. Diante do mapa formado, observem:  
Sentem necessidade de suprimir ou criar novas ações?  
Quais?  
Façam seus complementos, adaptações ou retirada de ações.
3. Agora, identifiquem os diferentes conjuntos de ações e:
- nomeiem os conjuntos identificados (são ações de formação? de contato com a rede de proteção? de acolhimento? de comunicação? de monitoramento? de currículo?);
  - identifiquem as pessoas que seriam responsáveis e/ou envolvidas pelos diferentes conjuntos de ações.

## 5. O que podemos aprender com outros protocolos?

Neste ponto do percurso, o grupo terá acumulado muitas reflexões e aprendizagens a partir dos casos observados e dos tipos de encaminhamentos e fluxos identificados (seja dos existentes, seja dos que precisam ser criados ou aprimorados). Assim, possivelmente terá construído uma base de trabalho bastante aderente ao que ocorre em seu território.

Vale então, como passo seguinte, examinar protocolos que tenham sido elaborados em outras redes para, por exemplo, aprender mais sobre formas possíveis de estruturação do documento, apresentação das tipologias de agressões e maneiras de enunciar as ações esperadas com o protocolo.

O trabalho de reflexão, elaboração de encaminhamentos e análise dos documentos existentes é fundamental para a apropriação e atribuição de sentido pelo grupo ao protocolo que estiver sendo criado.

Possível estratégia:

- Partilha de diferentes protocolos e análise.

Para compor esta atividade, sugerimos:

### **Disparadores:**

- Como as diferentes secretarias de Educação definem e organizam os fluxos de acionamento para a rede de proteção (Conselho Tutelar, Saúde, Segurança)?
- Quais linguagens e formatações visuais (ex.: fluxogramas, tabelas de contingência, *checklists*) parecem ser mais eficientes e rápidas para consulta de um(a) diretor(a) escolar durante uma crise?
- Como cada documento equilibra as exigências de responsabilização legal com as ações de acolhimento e práticas restaurativas para os e as estudantes?

### **Documentos**

Rede Municipal de Campinas (SP):

- Documento: Protocolo Antirracista da Secretaria Municipal de Educação – PASMEC.
- Clique [aqui](#) para acessar o documento.
- Por que analisar: excelente referência municipal para observar como a rede de Educação de uma grande metrópole sistematiza as denúncias de racismo e orienta as equipes escolares no acolhimento de estudantes vítimas de discriminação.

#### Rede Municipal de São Paulo (SP):

- Documento: Protocolo para Prevenção e Enfrentamento ao Racismo e à Xenofobia na Educação.
- Clique [aqui](#) para acessar o documento.
- Por que analisar: sendo a maior rede municipal do país, a análise desse material é fundamental para entender estratégias de implementação e fluxos de comunicação em larga escala para o enfrentamento do racismo estrutural.

#### Rede Municipal de Taubaté (SP):

- Documento: Prevenção, Enfrentamento e Combate às Situações de Racismo.
- Clique [aqui](#) para acessar o documento.
- Por que analisar: permite observar como o município integra a prevenção (ações pedagógicas) com o enfrentamento (respostas a casos concretos), transformando o combate ao racismo em uma diretriz contínua da Secretaria de Educação.

#### Rede Municipal de Jurema (PE):

- Documento: Protocolo Municipal de Educação Antirracista de Jurema – Pernambuco
- Clique [aqui](#) para acessar o documento.
- Por que analisar: trata-se de um ótimo exemplo de como municípios menores e com realidades territoriais específicas organizam seus fluxos e envolvem a comunidade local na construção de uma Educação efetivamente antirracista.

#### Rede Estadual de Pernambuco (SEDUC-PE):

- Documento: Protocolo de Educação Antirracista de Pernambuco.
- Clique [aqui](#) para acessar o documento.

- Por que analisar: oferece uma visão sistêmica e em nível estadual. É ideal para extrair inspirações sobre como criar mecanismos de responsabilização, registro de dados e articulação com secretarias estaduais de Igualdade Racial e Direitos Humanos.

## 6. O que dizem as meninas e os meninos estudantes da escola?

O que será que as meninas e os meninos têm a dizer sobre como se sentem na escola e sobre o que poderia ser feito para que o ambiente escolar se torne mais seguro e acolhedor? Assim como os profissionais da Educação e de outras áreas do Sistema de Garantia de Direitos são fundamentais para a compreensão das violências ocorridas no ambiente escolar e como superá-las, a escuta qualificada de uma amostra de estudantes poderá enriquecer a reflexão com percepções que trazem sobre a sua participação e pertencimento à escola e ao território.

Permitirá identificar desafios, reconhecer práticas que promovem o respeito e a convivência democrática e construir, de forma participativa, ações de prevenção e enfrentamento de situações de discriminação, violência e exclusão.

Além disso, pode funcionar como um importante termômetro do clima escolar, possibilitando a comparação entre as percepções de estudantes e profissionais. Em que medida suas visões convergem ou divergem em relação ao clima escolar, às oportunidades de participação e às condições de pertencimento? As respostas a essas questões podem oferecer subsídios valiosos para o aprimoramento das práticas institucionais e para o fortalecimento de uma cultura escolar mais justa, segura e acolhedora para todos.

Possíveis estratégias:

- **Escuta sobre sua participação e pertencimento à escola e território por meio da expressão gráfico-visual e de roda de conversa**

Sugestão de atividades que promovam:

- Escuta e participação de adolescentes a partir de diferentes linguagens.
- Autopercepção de adolescentes sobre si, suas trajetórias, território, ocupações e as relações de gênero e de raça.

### **Cartografia do Corpo:**

Propor uma “Cartografia do Corpo” a partir de perguntas que levem as meninas e os meninos a falar sobre como se sentem em relação a si mesmos, ao próprio corpo e ao ambiente.

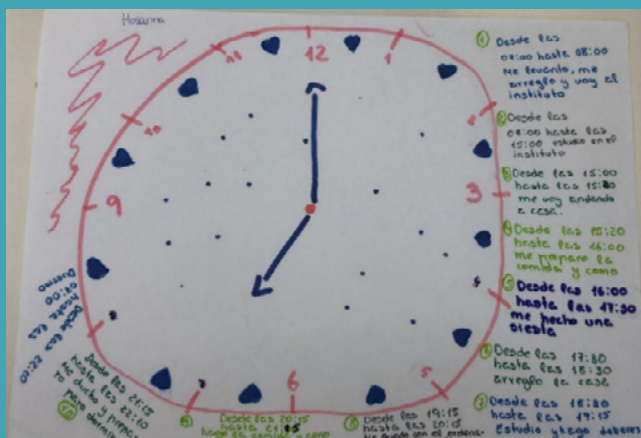
- Como nos vemos no mundo?
- Que partes e coisas mais valorizamos no nosso corpo? E o que não valorizamos?
- O que valorizamos no entorno que influencia nosso bem-estar individual, social e ambiental?
- Que comportamentos e ideias temos de nós mesmos?



### Relógio do Tempo:

Propor um “**Relógio do Tempo**”, em que cada menino e menina faz o desenho de um relógio e indica os tempos que costuma se dedicar às diferentes atividades do dia e da noite.

Este exercício pode fazer emergir diferenças de gênero e/ou raça no que diz respeito às atividades do cotidiano. Isso pode levar a falar sobre essas diferenças, sobre como se sentem em relação à própria cor da pele, ao cabelo, ao lugar onde moram e às músicas, aos desenhos, aos livros e ao conteúdo da internet de que gostam.



Imagens retiradas de: *Cómo hacer un Fotovoz*, Madri, *La aventura de aprender*. p. 9-10. Disponível em: [laaventuradeaprender.intef.es/proyectos\\_colab/como-hacer-un-fotovoz](http://laaventuradeaprender.intef.es/proyectos_colab/como-hacer-un-fotovoz)

### Jogos como dispositivos de escuta:

Outra possível estratégia para escuta de adolescentes é a construção de um debate disparado por um dispositivo lúdico. Uma referência a ser consultada e avaliada neste sentido é o *Dá o Papo*, desenvolvido pela MultiRio, em parceria com o Núcleo Interdisciplinar de Apoio às Unidades Escolares, vinculado à Subsecretaria de Articulação e Integração da Rede (NIAP), da Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro (SME-Rio).

Um jogo voltado para adolescentes que propõe uma abordagem de temas sensíveis, como discriminação, preconceito, bullying, cyberbullying, racismo e ética nas relações.

O jogo é composto por cartas que apresentam frases inspiradas em situações reais do cotidiano escolar. Cada uma delas serve como ponto de partida para discussões coletivas, incentivando os participantes a ocuparem seus lugares de fala, refletindo sobre questões que os afetam direta ou indiretamente.

Acesse aqui: [multi.rio/daopapo](http://multi.rio/daopapo)

### **Sobre a mediação nas atividades:**

Iniciar com o acolhimento do grupo, contribuindo para que se sintam à vontade na roda. Na sequência, é importante contextualizar a atividade, compartilhando que esse momento de escuta contribuirá com a elaboração de acordos envolvendo as equipes das escolas para tornar o ambiente escolar mais seguro e acolhedor, em que todas as meninas e meninos sintam-se bem e respeitados.

Como aquecimento para a atividade em si, pode-se propor uma rodada de escuta a partir de perguntas como:

- Vocês acham que é importante falarem o que sentem, o que gostam?
- Por que vocês acham que as crianças e os adolescentes precisam ter voz e vez?
- Vocês acham que geralmente são ouvidos sobre o que pensam e querem?
- Se os adultos ouvissem mais vocês, o que poderia mudar no mundo?

Após a realização das composições, fazer uma roda de apreciação e partilha.

### **Cuidados na preparação das escutas:**

1. Qual amostragem de participação (idade, gênero, raça, série)?
2. Como compor o grupo de modo a garantir a fala das meninas e dos meninos?

### **Cuidados com o processo de sistematização da escuta:**

As composições feitas pelos e pelas estudantes, assim como os registros das rodas de conversa e partilha, trarão subsídios para o processo de elaboração dos protocolos. Por isso, recomendamos que duas pessoas fiquem responsáveis pelas atividades de escuta: uma pela condução da proposta e interação com o grupo e outra pelo registro das discussões.

Sugerimos avaliar com cuidado o uso de gravadores de áudio, pois geralmente inibem significativamente a conversa.

## 7. Redação do documento

O percurso trilhado até este momento deverá possibilitar a visualização de um caminho mais organizado para a ação de prevenção e enfrentamento ao racismo e à discriminação de gênero:

- ◇ a constatação de quais são os casos mais recorrentes e que precisam ser endereçados no protocolo,
- ◇ as ações de prevenção,
- ◇ os fluxos de encaminhamentos,
- ◇ e as ações necessárias ao monitoramento dos diferentes tipos de casos.

A partir desse acúmulo, que revela pactuações, consensos e definições fundamentais para orientar a atuação da rede e das comunidades escolares, é chegado o momento de definir uma estrutura para o documento, organizando os princípios, os fundamentos legais e os procedimentos que as escolas deverão adotar.

Para a elaboração da estrutura, será importante considerar, entre outros aspectos:

- **conceitos e definições** de racismo e de discriminação de gênero, apresentados de forma simples, objetiva e acessível, em formato semelhante ao de um glossário;
- **orientações e procedimentos** dirigidos às equipes escolares sobre como agir diante das diferentes manifestações de racismo e situações discriminação e violação de gênero;
- **fluxos de encaminhamento** diferenciados de acordo com a natureza, a gravidade e a recorrência das situações, indicando responsabilidades, prazos e instâncias de apoio e proteção;
- **diretrizes para o acompanhamento e monitoramento** dos casos, assegurando o registro, a avaliação das medidas adotadas e a proteção das pessoas envolvidas.

Além disso, vale contextualizar em uma **apresentação** a própria produção do documento, destacando a participação das equipes técnicas, escolares e estudantes, explicitando que esta forma de construção é coerente com o que se espera do protocolo: que seja um pacto coletivo, que exige a colaboração de todos.

A organização desses elementos contribuirá para que o protocolo seja um instrumento prático e efetivo, capaz de orientar a atuação das escolas na prevenção, identificação, acolhimento, encaminhamento e monitoramento de situações de racismo e discriminação de gênero.

Por fim, duas observações merecem destaque:

A primeira diz respeito ao processo de redação. É recomendável que a escrita do documento fique sob a responsabilidade de um grupo reduzido de pessoas — ou mesmo de uma única pessoa —, desde que sejam previstos mecanismos de consulta, contribuição e revisão pelos demais participantes do processo. Essa estratégia tende a favorecer a unidade, a coerência e a consistência do texto.

A segunda refere-se ao fato de que o momento da escrita frequentemente revela lacunas, dúvidas ou aspectos ainda pouco desenvolvidos na arquitetura construída coletivamente. Por isso, é fundamental que a elaboração do texto não se limite à sistematização das discussões anteriores, mas também contribua para conferir consistência ao documento. Caberá às pessoas responsáveis pela redação identificar essas lacunas e mobilizar o grupo para produzir os complementos necessários, assegurando que o protocolo seja objetivo, aplicável e alinhado às intenções que orientaram sua construção.

# Saiba mais

Ao longo do percurso de elaboração do documento, atividades transversais que articulam a Arte e a História podem apoiar a escuta do grupo, favorecer a produção de vínculos e ampliar repertórios.

Em alguns dos vídeos-pílula da série [Educação Integral em Movimento: a prática da pesquisa-ação](#), a equipe do projeto faz uma breve apresentação dessas atividades e do modo como elas contribuíram com o desenvolvimento do trabalho nos territórios de Conceição da Barra (ES) e Soledade (RS). Confira:

Episódio 2: [A arte e seu papel na escuta do grupo](#).

Episódio 3: [Como a história contribui para conhecer melhor o contexto da formação dos grupos](#).

Episódio 4: [A importância de narrar e refletir sobre as experiências profissionais](#).

Os pilares da metodologia desenvolvida pela equipe da pesquisa-ação nesses territórios foram apresentados em maior detalhe no texto [Educação Integral em Movimento: a pesquisa da própria prática como caminho para transformação sistêmica](#).

# 5. Oficializar e implementar o protocolo elaborado de forma participativa

A elaboração colaborativa do documento é um passo fundamental e altamente formativo. Porém, tão importante quanto sua elaboração é a sua institucionalização e a criação de condições para sua implementação, que precisará contemplar um plano formativo e de comunicação, além de estratégias de monitoramento e avaliação.

## 5.1. Instituição dos protocolos enquanto política pública

A construção de um protocolo, por mais participativa e colaborativa que seja, não garante sua aplicação contínua se o documento não for oficialmente incorporado às normativas da rede de ensino. Institucionalizar o protocolo significa dar a ele peso de política pública, assegurando respaldo legal para as ações dos profissionais da Educação e garantindo que o enfrentamento ao racismo e ao sexismo se consolide como compromisso permanente da rede. Para viabilizar essa transição do documento para a prática oficial, propomos uma “escada de institucionalização”, composta por diferentes instâncias normativas e graus de formalização que o município pode e deve trilhar.

- **Portaria da Secretaria de Educação (curto prazo)**  
Trata-se da ação mais imediata. A portaria oficializa o uso do protocolo na rede e dá respaldo legal para que as escolas comecem a segui-lo. É preciso que esse instrumento normativo defina nitidamente quem é o setor responsável por monitorar o cumprimento do protocolo na Secretaria.
- **Aprovação no Conselho Municipal de Educação – CME (médio prazo)**  
Instituir o protocolo por meio de uma Resolução do CME garante que ele passe a ter caráter normativo para todo o Sistema Municipal de Ensino (inclusive escolas privadas que respondem ao município, se houver).
- **Projeto de Lei (longo prazo)**  
Transformar os subsídios do protocolo em Lei Municipal é o que garante que ele deixe de ser uma “Política de Governo” (que pode acabar na próxima eleição) e se torne uma “Política de Estado”. Seu percurso na casa legislativa reforça o caráter democrático, ampliando os atores mobilizados e abrindo espaço para novos mecanismos de consulta à população, como as audiências públicas.

Percorrer esses degraus é um processo estratégico que consolida os esforços da Secretaria e protege o trabalho construído coletivamente pela comunidade escolar. Embora a publicação de uma portaria já viabilize a aplicação imediata das diretrizes nas escolas, o horizonte da rede deve ser sempre o alcance dos níveis mais perenes de formalização. Ao elevar as orientações do protocolo ao patamar de uma política de Estado (e não apenas de governo), o município garante que o cuidado, o letramento e o enfrentamento às violências se tornem compromissos permanentes, inegociáveis e estruturais na garantia do Direito à Educação.

## 5.2. Estratégia de formação continuada

A implementação de um protocolo que visa o enfrentamento do racismo e do sexismo exige mais do que a simples leitura de um normativo; exige um compromisso com o letramento contínuo de toda a rede. O documento não se sustenta de forma autônoma sem profissionais preparados para escutar, acolher e agir de forma qualificada e empática.

Portanto, a formalização do protocolo deve ser acompanhada de um ciclo de formação continuada.

É possível desenvolver diferentes estratégias de formação. No entanto, considera-se fundamental que as estratégias escolhidas não se restrinjam ao corpo docente e à equipe de gestão, mas envolvam todas as equipes de profissionais que atuam no ambiente escolar, incluindo assistentes operacionais, profissionais que atuam no refeitório, na limpeza e na portaria, pois são frequentemente as primeiras pessoas a presenciar ou receber relatos de violência e discriminação.

Como regra geral, tais estratégias devem centrar-se na desconstrução de preconceitos naturalizados, no reconhecimento das diversas formas de violência (física, verbal, simbólica) e na aplicação prática dos fluxos previstos no protocolo, utilizando metodologias que provoquem a participação das equipes como a análise de estudos de caso e a simulação de situações do cotidiano escolar.

De forma mais específica, uma ação formativa bastante estratégica seria constituir e formar as “comissões guardiãs” dos protocolos nas diferentes escolas, ideia que perseguimos no território de Conceição da Barra e que também se aproxima da recomendação do MEC, de constituição de Comissões Educadoras Antirracistas pelos [protocolos produzidos pela PNEERO](#). Tais comissões têm por objetivo zelar para que as situações de racismo e de violência ou discriminação de gênero sejam acolhidas e encaminhadas de forma adequada, além de se envolverem na mobilização e no planejamento de práticas preventivas.

Etapa	Objetivo	Participantes	Carga horária
Constituição das Comissões Guardiãs	<p>Contextualizar o protocolo elaborado e, se o grupo gestor não estiver suficientemente apropriado do documento, apresentá-lo.</p> <p>Orientar a gestão escolar quanto aos critérios de diversidade e representatividade das Comissões Guardiãs: representantes da gestão escolar, da coordenação, docentes, familiares e equipes multidisciplinares, com presença equitativa de mulheres e de pessoas negras, indígenas ou quilombolas.</p>	Gestão escolar	4h
Formação das Comissões Guardiãs	Definição de rotinas de revisão e uso do Mapa Sistêmico como ferramenta de gestão e governança.	Comissões formadas	16h

### 5.3. Atualização das políticas internas da Secretaria de Educação e da rede

Além da institucionalização em nível de rede, o protocolo precisa ganhar materialidade e sentido no cotidiano de cada unidade escolar. Para que as orientações de prevenção e enfrentamento ao racismo e ao sexismo não se tornem um anexo esquecido na sala da direção, elas devem estar intrinsecamente ligadas aos documentos que regem a vida e a identidade da escola. Para isso, o passo seguinte é mobilizar as equipes visando à atualização dos seus instrumentos balizadores, assegurando que o compromisso firmado pelo protocolo atravesse as diretrizes pedagógicas e as regras de convivência da instituição.

- **No Projeto Político-Pedagógico (PPP):** o protocolo não deve ser um anexo invisível. O PPP de cada escola precisa ser atualizado para incorporar o letramento racial e de gênero como eixos transversais do currículo e listar o protocolo como instrumento oficial de prevenção e resolução de conflitos.
- **Nos Regimentos Internos:** as regras da escola devem refletir os princípios do protocolo. Os regimentos precisam ser revisados para que as sanções a atos de racismo e sexismo estejam alinhadas à perspectiva educativa e restaurativa do protocolo, evitando punições meramente expulsórias que não promovem reflexão nem aprendizagem.
- **Nas Associações de Pais e Mestres (APMs), Conselhos de Escolas e Grêmios Estudantis:** a elaboração, implementação e revisão do protocolo devem dialogar permanentemente com as instâncias de participação já existentes na escola. APM, Conselho de Escola e Grêmios Estudantis possuem atribuições distintas, mas complementares, e podem fortalecer a legitimidade, a efetividade e a sustentabilidade das ações de prevenção e enfrentamento ao racismo e sexismo. Ainda, o envolvimento dessas instâncias favorece sua participação na estrutura de governança do protocolo, posicionando-as como estratégicas para o monitoramento de sua implementação.

Ao integrar os princípios e fluxos do protocolo a esses documentos e instâncias vitais, a escola deixa de tratar as violências raciais e de gênero como “casos isolados” e passa a encará-las como questões centrais da sua proposta educativa. A atualização do PPP e do Regimento Interno consolida, na base, a transformação desejada pela rede, garantindo que estudantes, famílias, docentes e demais profissionais tenham conhecimento e consciência dos combinados institucionais. Dessa forma, a comunidade escolar passa a operar sob um pacto coletivo pautado pela justiça, pelo cuidado e pela construção de um ambiente efetivamente antirracista e antissexista.

## **5.4. Plano de comunicação e difusão**

A eficácia de um protocolo depende diretamente da sua apropriação por toda a comunidade escolar. De nada serve um documento robusto se o seu conteúdo ficar restrito aos gabinetes da direção. Assim, o planejamento da implementação deve incluir uma boa estratégia de comunicação e difusão, de modo a tornar o protocolo visível e acessível no dia a dia.

Recomenda-se a criação de materiais adaptados a diferentes públicos, traduzindo a linguagem técnica para formatos mais amigáveis como:

- cartazes em locais de circulação da escola;
- materiais visuais para murais e salas de aula;
- vídeos curtos para redes sociais e grupos institucionais;
- cartilhas resumidas para estudantes, famílias e profissionais;
- QR Codes direcionando para o protocolo completo e canais de apoio.

Para os profissionais da escola, a afixação de fluxogramas visuais em locais estratégicos — como a sala de professores(as) ou a secretaria — e o envio de orientações regulares por meio dos canais de comunicação interna são práticas altamente recomendáveis. O protocolo pode se articular aos projetos da escola e ações previstas ao longo do ano, de modo

que sua disseminação se transversalize às dinâmicas da unidade escolar e contribua para forjar uma cultura institucional comprometida com a prevenção e o enfrentamento às violências.

O objetivo central é garantir que todas as pessoas na escola saibam exatamente o que fazer, a quem recorrer e como agir perante uma situação de violência estrutural.

## **5.5. Definição de cronograma e responsáveis**

Para que as intenções políticas se transformem em práticas estruturadas e mensuráveis, a implementação do protocolo deve ser gerida por meio de um plano de ação. Sem a definição de prazos realistas e a indicação precisa de quem faz o quê, o processo de implementação corre o sério risco de estagnar, diluindo responsabilidades no coletivo.

A Secretaria de Educação e a equipe gestora de cada unidade escolar devem construir um cronograma partilhado que mapeie os passos subsequentes à oficialização do documento. Esse plano deve responder a questões fundamentais para a gestão do processo, tais como: Quem será a pessoa responsável por apresentar o protocolo na próxima reunião com as famílias? Qual é o prazo limite para a revisão e aprovação do Projeto Político-Pedagógico? Quem fará a articulação direta com as instâncias da rede de proteção local (como o Conselho Tutelar ou a Saúde)?

A criação de um painel de monitoramento ou de um quadro de ações acessível às lideranças assegura a transparência da implementação, facilita o acompanhamento das metas e garante que nenhuma etapa crucial seja esquecida. Com o objetivo de apoiar a gestão desse processo, disponibilizamos um modelo de Plano de Ação para a Implementação, que pode ser preenchido pela equipe responsável da Secretaria de Educação para monitorar prazos, atribuir responsabilidades e acompanhar o status de cada etapa, conforme o quadro a seguir:

<b>Ação / Tarefa</b>	<b>Prazo</b>	<b>Responsável</b>	<b>Status</b>	<b>Observações</b>
Assinatura e publicação da Portaria de Oficialização do Protocolo		Secretaria de Educação	Não Iniciado	Ação de curto prazo; garante validade imediata.
Submissão e aprovação do Protocolo no Conselho Municipal de Educação (CME)		Núcleo Gestor	Não Iniciado	Ação de médio prazo; torna o documento normativo.
Revisão e atualização do Projeto Político-Pedagógico (PPP) das escolas		Gestão Escolar / Conselho Escolar	Não Iniciado	Garantir a transversalidade do letramento racial e de gênero.
Revisão e atualização do Regimento Interno das escolas		Gestão Escolar	Não Iniciado	Alinhar sanções e perspectiva educativa e restaurativa.
Apresentação do Protocolo aos diretores e coordenadores da rede		Equipe de Formação da Secretaria	Não Iniciado	Alinhamento com as lideranças escolares.
Ciclo de Formação Continuada para docentes e equipe pedagógica		Equipe de Formação	Não Iniciado	Foco em prevenção, letramento e fluxos de atendimento.

Ação / Tarefa	Prazo	Responsável	Status	Observações
Ciclo de Formação Continuada para assistente operacional e restantes funcionários		Equipe de Formação	Não Iniciado	Crucial, pois muitas vezes são os primeiros a presenciar os casos.
Elaboração e distribuição de materiais de comunicação (ex.: cartilha, desdobráveis)		Setor de Comunicação	Não Iniciado	Adaptar a linguagem para estudantes e famílias.
Estabelecimento formal de fluxo com o Conselho Tutelar e Rede de Proteção (Saúde/Ação Social)		Secretaria de Educação	Não Iniciado	Garantir que a rede externa saiba como agir e intervir.
Implementação do painel de monitorização (avaliação de indicadores e metas)		Comissão de Monitorização	Não Iniciado	Acompanhar a evolução dos casos e a percepção de segurança.

# 6. Monitorar e avaliar: construção de indicadores de acompanhamento e monitoramento

A construção de indicadores de acompanhamento dos protocolos é outra etapa fundamental para a observação e aprimoramento de sua aplicação na prática. Além disso, quando o acompanhamento é feito de forma colaborativa, ele fomenta a corresponsabilização de toda a comunidade escolar para o enfrentamento e prevenção do racismo e das violências de gênero, favorecendo o engajamento institucional e comunitário na implementação do protocolo.

Vale ressaltar que a PNEERQ institui um monitoramento anual das redes de ensino das condições que a gestão educacional e escolar garante para a implementação das leis 10.639/03 e 11.645/08. Dentre os elementos observados está a “vulnerabilidade no ambiente escolar”, que mede o número de estudantes que sofreram violência recente dentro da escola ou o número de estudantes que faltou à aula por não se sentir seguro na escola<sup>4</sup>, situações que a implementação dos protocolos busca dirimir.

---

<sup>4</sup> Painel de Diagnóstico e Monitoramento da PNEERQ. Disponível em: [go.aprendiz.org.br/dO8LbO](https://go.aprendiz.org.br/dO8LbO). Acesso em: 2 jun. 2026.

De forma similar, a proposta também poderá apoiar a rede a cumprir com as condicionalidades do VAAR (Valor Aluno Ano Resultado), complementação da União ao Fundeb para as redes que apresentam melhoria da aprendizagem com redução das desigualdades, em especial, a terceira condicionalidade: redução das desigualdades educacionais socioeconômicas e raciais medidas nos exames nacionais do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica, respeitadas as especificidades da Educação Escolar Indígena e suas realidades<sup>5</sup>.

Para contribuir com esta etapa do trabalho, apresentamos a seguir conceitos e exemplos concretos de metas e indicadores relacionados à implementação de um protocolo de prevenção e enfrentamento ao racismo e violência de gênero.

**Meta:** objetivo específico, mensurável, alcançável, relevante e com prazo definido que se deseja atingir. Ela descreve o que se espera realizar.

- Exemplo: Reduzir em 20% o número de casos de discriminação racial e de gênero registrados nas escolas da rede até dezembro de 2026.

**Indicador:** medida quantitativa ou qualitativa que permite acompanhar o progresso em direção a uma meta. Ele ajuda a verificar se a meta está sendo atingida e em que grau.

---

5 Nota Técnica nº 4/2025 – Condicionalidade III do Fundeb. Disponível em: [go.aprendiz.org.br/5xvAz4](https://go.aprendiz.org.br/5xvAz4). Acesso em: 2 jun. 2026.

- Exemplo:
  - ◇ Indicador quantitativo – número de registros de incidentes de racismo e sexismo nas escolas.
  - ◇ Indicador qualitativo – percepção de segurança e acolhimento dos e das estudantes e suas famílias, medida por meio de questionários ou grupos focais.

Outras informações relevantes:

- Linha de base – é crucial estabelecer uma linha de base (dados iniciais do que acontece e como é tratado, como número de casos, encaminhamentos e resoluções) para cada indicador antes de iniciar as ações, a fim de medir a mudança ocasionada pelo projeto de forma eficaz.
- Periodicidade – definir a periodicidade de coleta de dados para cada indicador (mensal, trimestral, semestral) para permitir um monitoramento contínuo.
- Responsáveis – atribuir equipes responsáveis pela coleta, análise e comunicação dos dados de cada indicador.
- Revisão e ajuste – realizar periodicamente a revisão e o ajuste das metas e indicadores, conforme o andamento das ações e os resultados obtidos.

## Exemplo de metas e indicadores

### 1. Reconhecimento da situação de racismo e acolhimento das vítimas

Meta: Garantir que 100% dos casos de racismo e sexismo sejam reconhecidos e que as vítimas recebam acolhimento seguro e representativo.

Indicadores:

- Quantitativo – percentual de registros de incidentes que resultaram em acolhimento formal da vítima.
- Qualitativo – *feedback* das vítimas e famílias sobre a qualidade do acolhimento recebido, a ser coletado por meio de entrevistas ou formulários de satisfação.
- Quantitativo – número de profissionais da escola – docentes, merendeiras, equipe de limpeza, etc. – formados e formadas para identificar e acolher situações de racismo e sexismo.

### 2. Encaminhamento e monitoramento

Meta: Assegurar que 100% dos casos reconhecidos sejam devidamente encaminhados e monitorados, com comunicação efetiva às famílias e acionamento da rede de proteção.

Indicadores:

- Quantitativo – percentual de casos encaminhados à Secretaria de Educação, à Secretaria de Promoção da Igualdade Racial, ao Conselho de Igualdade Racial, ao Conselho Tutelar, ao Ministério Público ou outros órgãos da rede de proteção.
- Quantitativo – número de reuniões de acompanhamento com as famílias das vítimas.
- Qualitativo – avaliação da eficácia dos encaminhamentos e do monitoramento pela equipe pedagógica e pelas famílias.

- Quantitativo – percentual de estudantes faltosos(as) por situações de racismo ou sexismo que foram alvo de busca ativa e reintegrados(as) à escola.

### 3. Prevenção

Meta: Implementar ações contínuas de letramento racial e de gênero em 100% das escolas da rede, visando à prevenção do racismo e do sexismo.

Indicadores:

- Quantitativo – número de formações continuadas realizadas para profissionais da rede e da escola sobre relações raciais e de gênero, leis antidiscriminação e manejo de casos.
- Quantitativo – número de atividades pedagógicas (palestras, oficinas, projetos interdisciplinares) sobre temática racial e de gênero inseridas no currículo escolar.
- Qualitativo – percepção dos e das estudantes e da comunidade escolar sobre a valorização da diversidade e a redução do preconceito, a ser medida por meio de pesquisas de clima escolar.
- Quantitativo – número de comissões de acolhimento e monitoramento formadas nas escolas, com representatividade de diversos segmentos e identidades.

# 7. Apêndice

Estas orientações têm por objetivo apoiar o atendimento às vítimas de racismo e/ou violência de gênero nas escolas a partir de uma abordagem baseada nos princípios da Educação Integral Antirracista com foco no cuidado, no fortalecimento da atuação em rede e na compreensão da escola enquanto espaço de garantia de direitos.

**ACOLHIMENTO:** É importante que a pessoa designada para fazer o acolhimento seja alguém com quem a vítima se sinta confortável. Nesse sentido, sempre que possível, é fundamental considerar identidade racial e de gênero para a definição de quem fará a escuta. Ao ser acionada, o primeiro aspecto que a escola deve levar em conta é a coragem que a criança, adolescente ou pessoa adulta teve ao pedir ajuda e denunciar a violência sofrida. Assim, manter atenção às necessidades emocionais e físicas, identificando, neste primeiro contato, o grau de urgência, é essencial para efetivar um atendimento cuidadoso e eficaz, que não reproduza a revitimização. Agradeça a confiança e coloque-se em postura amorosa e de escuta ativa ao longo de todo o processo. Por fim, reafirme o compromisso com o sigilo de todas as informações compartilhadas durante o atendimento, conforme disposto pela Lei Geral de Proteção de Dados (13.709/2018).

**IDENTIFICAÇÃO:** Por meio da escuta atenta, identifique a ocorrência, elencando a tipologia da violência de gênero e/ou étnico-racial e o grau de urgência da situação. Descreva o que foi narrado pela vítima, registrando o local do acolhimento, como se deu o processo de escuta e quais informações foram trazidas. Seu preenchimento deve ser realizado de forma objetiva, cuidadosa e respeitosa, preservando a dignidade, a privacidade e a segurança das pessoas envolvidas. Lembre-se que o preenchimento da ficha não depende da confirmação dos fatos ou da

existência de provas. O registro deve ser realizado sempre que houver relato, observação ou suspeita de situação de violência, discriminação, entre outras violação de direitos.

**ACOMPANHAMENTO:** No processo de acolhimento e escuta da vítima e demais pessoas envolvidas, registre as providências adotadas pela escola e pela rede de proteção, de modo que seja possível acompanhar a evolução do caso e verificar se as medidas implementadas foram adequadas para interromper a violência, proteger as vítimas e prevenir novas ocorrências. Identifique o(a) profissional ou equipe responsável pelo acompanhamento do caso dentro da escola, assegurando a continuidade do atendimento e o fluxo de informações. Sempre que possível, indique os prazos previstos para retorno, acompanhamento ou reavaliação do caso.

**MONITORAMENTO:** Esta última etapa ocorre em dois níveis: um diretamente voltado à vítima e outro voltado ao ambiente escolar, no que diz respeito à prevenção de novas violências. A gestão escolar e a equipe monitoram o progresso e o bem-estar da vítima, mantendo contato com sua família e acompanhando o seu desenvolvimento emocional, social e escolar, de modo a garantir que ela não se sinta sozinha. Por outro lado, deve-se assegurar o desenvolvimento contínuo de atividades curriculares em consonância com a legislação.

Acesse aqui: [Ficha de Registro e Monitoramento do Caso](#)

# Referências

BRASIL. Senado Federal. **Pesquisa Nacional de Violência contra a Mulher**: DataSenado 2025. 11 ed. Brasília, DF: Senado Federal, 2025. 70 p. Disponível em: [www12.senado.leg.br/institucional/omv/pdfs/ebook\\_pes\\_-\\_violencia-contra-a-mulher\\_2025\\_digital.pdf](http://www12.senado.leg.br/institucional/omv/pdfs/ebook_pes_-_violencia-contra-a-mulher_2025_digital.pdf). Acesso em: 17 jun. 2026.

DOMENACH, Jean-Marie. La violencia. In: UNESCO. **La violencia y sus causas**. Paris: Unesco, 1981. p. 33–45.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. p. 90.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA; INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Atlas da Violência 2025**. Brasília, DF: IPEA; FBSP, 2025. 174 p. Disponível em: [repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/17165](http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/17165). Acesso em: 17 jun. 2026.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: RIOS, Flávia; LIMA, Márcia (Orgs.). **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios. Rio de Janeiro: Zahar, 2020. p. 75–94.

LEAVELL, Hugh R.; CLARK, E. Gurney. **Medicina preventiva**. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1976. 744 p.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; SOUZA, Edinilsa Ramos de. É possível prevenir a violência? Reflexões a partir do campo da saúde pública. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 7–23, 1999. Disponível em: [www.redalyc.org/pdf/630/63013483002.pdf](http://www.redalyc.org/pdf/630/63013483002.pdf). Acesso em: 17 jun. 2026.

OBSERVATÓRIO DA BRANQUITUDE. **A cor da infraestrutura escolar:** diferenças entre escolas brancas e negras. São Paulo: Observatório da Branquitude, 2024. 8 p. Disponível em: [observatoriobranquitude.org.br/a-cor-da-infraestrurura-escolar-diferencas-entre-escolas-brancas-e-negras/](https://observatoriobranquitude.org.br/a-cor-da-infraestrurura-escolar-diferencas-entre-escolas-brancas-e-negras/). Acesso em: 17 jun. 2026.

SERENAS, **Livres para Sonhar?:** percepções da comunidade escolar sobre violência contra meninas. São Paulo: Serenas, 2025. 91 p. Disponível em: [serenasbr.org/novosite/wp-content/uploads/2025/10/31out-PES-QUISA-SERENAS-COMPLETA.pdf](https://serenasbr.org/novosite/wp-content/uploads/2025/10/31out-PES-QUISA-SERENAS-COMPLETA.pdf). Acesso em: 17 jun. 2026.

**Acesse os materiais da pesquisa-ação  
pelos seguintes canais:**

**[cidadeescolaaprendiz.org.br/atuacao-sistemica](http://cidadeescolaaprendiz.org.br/atuacao-sistemica)**



[www.facebook.com/associacaocidadeescolaaprendiz](http://www.facebook.com/associacaocidadeescolaaprendiz)



[www.instagram.com/cidadeescolaaprendiz/](http://www.instagram.com/cidadeescolaaprendiz/)



[go.aprendiz.org.br/oxjLPD](http://go.aprendiz.org.br/oxjLPD)

Realização:

CIDADE ESCOLA  
**APRENDIZ**

Apoio:

 **imaginable**  
futures